

Concurso Público – Edital 008/2008

Assessor Jurídico



INSTRUÇÕES

- Você está recebendo um caderno de questões de múltipla escolha, um gabarito oficial, um gabarito para conferência e folhas destinadas à elaboração da peça prática.
- Verifique se o caderno de questões contém defeito de impressão gráfica. Caso isso ocorra, solicite ao fiscal sua substituição.
- Utilize o gabarito para conferência para seu controle.
- Não rasure o gabarito oficial, pois **NÃO** será trocado.
- Apresente sua peça prática com letra legível e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.
- **NÃO** identifique as folhas da peça prática com o número de sua inscrição, códigos, assinatura ou quaisquer palavras ou marcas (inclusive as de corretivo líquido) que permitam sua identificação, sob pena de exclusão do Concurso.
- **NÃO** poderão ser retirados os grampos do caderno.
- Utilize o verso das folhas de questões de múltiplas escolhas para rascunho.

Comissão Permanente e Organizadora de Concursos Públicos

01. Em qual Constituição Brasileira a garantia processual e material do Devido Processo Legal foi introduzida?
- 1988
 - 1946
 - 1934
 - 1891
 - 1824
02. De acordo com o disposto na Constituição Brasileira de 1988 são destinatários dos direitos individuais:
- somente os brasileiros natos ou naturalizados.
 - os brasileiros, os estrangeiros, desde que em solo brasileiro, e os apátridas.
 - os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil.
 - quaisquer pessoas sem qualquer distinção.
 - os brasileiros e os estrangeiros, desde que sob asilo político no Brasil.
03. O voto e o alistamento eleitoral são:
- obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos.
 - obrigatórios para os conscritos durante o serviço militar obrigatório.
 - facultativos para os maiores de dezoito anos.
 - facultativos para os analfabetos e maiores de setenta anos.
 - todas as alternativas anteriores estão corretas.
04. Compete ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) julgar:
- os membros dos Tribunais de Contas, apenas nos crimes comuns.
 - os Desembargadores dos Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade.
 - os Governadores dos Estados, nos crimes de responsabilidade.
 - os membros do Ministério Público que oficiem perante tribunais.
 - o Procurador-Geral da República.
05. A quem compete intervenção em Município:
- a União.
 - ao STJ.
 - a União e ao Estado em cujo território se localiza, concorrentemente.
 - ao STF, se localizado em território federal.
 - ao Estado em cujo território se localiza.
06. Não participa(m) do Conselho da República:
- o Ministro do Planejamento.
 - o Ministro da Justiça.
 - o Vice-Presidente da República.
 - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
 - o Presidente da Câmara dos Deputados.
07. Analise as afirmativas abaixo.
- sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
 - nomear e exonerar os Ministros de Estado.
 - vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
 - exercer, com o auxílio dos Ministros do Estado, a direção superior da administração federal.
- Assinale a alternativa que relaciona competência privativa do Presidente da República.
- somente I e III.
 - somente II e III.
 - somente I, III e IV.
 - somente II, III, e IV.
 - I, II, III e IV.

08. As autarquias, em relação a sua estrutura, podem ser classificadas como:
- culturais e geográficas.
 - fundacionais corporativas.
 - econômicas e de crédito.
 - profissionais e de ensino.
 - de previdência e de assistência.
09. Quando um bem de uso comum do povo passa a ser um bem dominical, ocorre:
- cessão.
 - afetação.
 - desconsagração.
 - autorização.
 - permissão.
10. Na organização administrativa, a autarquia, faz parte _____.
- do setor privado da administração.
 - da administração direta.
 - da administração indireta.
- Assinale a alternativa que cujo item(ns) preenche(m) corretamente a frase.
- I
 - II
 - I e II.
 - II e III.
 - III
11. A creche municipal é um bem público de uso:
- comum do povo.
 - cultural.
 - educacional.
 - especial.
 - dominical.
12. Analise os itens abaixo.
- hierarquia.
 - oralidade.
 - autotutela.
 - eficiência.
- Assinale a alternativa cujos itens relacionam princípios do Direito Administrativo.
- somente I e II
 - somente I, II e IV
 - somente I, III e IV
 - somente II, III, e IV
 - somente III e IV
13. Analise os itens abaixo.
- imperatividade
 - presunção de legitimidade
 - prerrogativa de função.
 - auto-executoriedade
- Assinale a alternativa cujo(s) item(ns) **não** é(são) atributo(s) do ato administrativo
- I
 - II
 - III
 - IV
 - I e IV

14. Analise os itens abaixo:
- I. requisição.
 - II. ocupação temporária
 - III. tombamento.
 - IV. interesse científico
- Assinale a alternativa que relaciona somente itens que limitam o direito de propriedade.
- a) I, II e III
 - b) I, II e IV
 - c) I, III e IV.
 - d) II, III, e IV.
 - e) III e IV.
15. Dentre as entidades da Administração Pública Federal Indireta, são dotadas de personalidade jurídica de direito público as (os):
- a) empresas públicas.
 - b) autarquias.
 - c) serviços sociais autônomos.
 - d) concessionárias de serviços públicos.
 - e) sociedades de economias mistas.
16. São impostos de competência do Distrito Federal:
- a) IPVA; IPI; IR.
 - b) ICMS; IPI; IOF.
 - c) IR; IPI; ITBI.
 - d) ITBI; IPTU; IPVA.
 - e) IPVA; IR; ICMS.
17. Em relação à remissão e anistia, é correto afirmar que:
- a) a anistia é causa suspensiva do crédito tributário, sendo a remissão causa suspensiva do mesmo.
 - b) a anistia é causa de exclusão do crédito tributário, sendo a remissão causa extintiva do mesmo.
 - c) a anistia é causa extintiva do crédito tributário, sendo a remissão causa de exclusão do mesmo.
 - d) ambas são causas suspensivas do crédito tributário.
 - e) ambas são causas extintivas do crédito tributário.
18. Em que casos é dispensável a certidão negativa como prova de quitação de tributos:
- a) na adjudicação.
 - b) na licitação.
 - c) no requerimento de concordata.
 - d) no julgamento de partilha.
 - e) na decretação de falência.
19. Assinale a alternativa correta:
- a) a remissão e a consignação em pagamento, nos termos dispostos no § 2º, do art. 164, do CTN, são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - b) a compensação e a transação são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - c) o mandado de segurança e a moratória são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - d) o depósito do montante integral e o parcelamento são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - e) a prescrição e a decadência são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

20. Assinale a alternativa incorreta:
- a) o crime material se consuma com a produção do resultado naturalístico.
 - b) o crime formal se consuma com a própria atividade, independente do resultado.
 - c) na tentativa perfeita, acabada ou crime falho há interrupção do processo executório – o agente não chega a praticar todos os atos de execução do crime, por circunstâncias alheias à sua vontade.
 - d) os crimes habituais não admitem tentativa.
 - e) são elementos da tentativa: início da execução; não consumação; circunstâncias alheias à vontade do agente.
21. Assinale a alternativa correta:
- a) o erro de tipo essencial recai sobre as elementares da figura típica.
 - b) o erro de tipo essencial não exclui o dolo.
 - c) o erro de tipo accidental não recai sobre dados secundários do fato típico.
 - d) o erro de tipo accidental não afeta a tipicidade da conduta.
 - e) *aberratio ictus* não é sinônimo de desvio de golpe ou erro sobre a execução.
22. Não são causas que excluem a imputabilidade:
- a) desenvolvimento mental incompleto.
 - b) embriaguez não accidental voluntária.
 - c) doença mental.
 - d) desenvolvimento mental retardado.
 - e) embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.
23. Qual é o crime previsto no art. 312, do Código Penal, *in verbis*: “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público ou particular, de quem tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”:
- a) apropriação indébita.
 - b) furto.
 - c) prevaricação.
 - d) concussão.
 - e) peculato.
24. O funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não leva o fato a conhecimento da autoridade competente, comete o crime de:
- a) prevaricação.
 - b) concussão.
 - c) advocacia administrativa.
 - d) condescendência criminosa.
 - e) corrupção ativa.
25. Assinale a alternativa correta:
- a) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
 - b) o inquérito deverá terminar no prazo de 60 (sessenta) dias, se o indiciado estiver solto;
 - c) em qualquer hipótese, o Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial.
 - d) depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
 - e) a autoridade policial não assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) nos crimes de ação penal pública, esta será promovida por queixa, mas dependerá, quando a lei exigir, de requisição do Promotor de Justiça.
- b) a representação é retratável, depois de oferecida a denúncia.
- c) será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudia-la e oferecer denúncia substitutiva.
- d) na ação penal privada, no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Ministério Público.
- e) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 03 (três) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 05 (cinco) dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.
- b) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu solto ou afiançado, será de 10 (dez) dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.
- c) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá aos demais.
- d) O perdão não poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
- e) O despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação impede a propositura da ação civil.

28. **Não** será concedida fiança _____.

- I. nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 2 (dois) anos.
- II. nos crimes dolosos punidos com pena privativa da liberdade, se o réu já tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado.
- III. nos crimes punidos com reclusão, que provoquem clamor público ou que tenham sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça.
- IV. em qualquer caso, se houver no processo prova de ser o réu vadio.

Completam corretamente a frase as afirmativas:

- a) somente I e III.
- b) somente II e III.
- c) somente I, III e IV.
- d) somente II, III, e IV.
- e) I, II, III e IV.

29. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- I. o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.
- II. a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os seis anos de idade em creches e pré-escolas.
- III. a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- IV. a proteção em face da automação, na forma da lei.

Assinale a alternativa cujas afirmativas estão corretas.

- a) apenas I e III.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I, III e IV.
- d) apenas II, III, e IV.
- e) I, II, III e IV.

30. **Não** é assegurado ao trabalhador doméstico:
- a) salário mínimo.
 - b) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - c) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
 - d) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
 - e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
31. Assinale a alternativa correta:
- a) nas empresas com mais de trezentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - b) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
 - c) é permitida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, em qualquer hipótese.
 - d) o aposentado filiado não tem direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.
 - e) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
32. Nas Comarcas não abrangidas pela jurisdição das varas da Justiça do Trabalho, a jurisdição será exercida pelo:
- a) Juiz de direito da Comarca, na forma da lei.
 - b) Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região conforme determinação do Tribunal Superior do Trabalho.
 - c) Tribunal Regional Federal da respectiva jurisdição, na forma da lei.
 - d) Tribunal de Justiça do Estado.
 - e) Tribunal de Alçada do Estado.
33. Assinale a opção incorreta:
- a) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.
 - b) É considerada como salário-utilidade a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente pelo empregador ou mediante seguro-saúde.
 - c) Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
 - d) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
 - e) são requisitos do salário *in natura*: habitualidade do fornecimento da utilidade pelo empregador ao empregado; caráter contraprestativo (e não instrumental) de tal fornecimento.
34. A responsabilidade dos sócios-gerentes das sociedades limitadas é:
- a) ilimitada, embora subsidiária, perante credores sociais.
 - b) ilimitada, na hipótese de delegação da função administrativa pelos atos do delegado.
 - c) limitada à sua participação no capital social
 - d) solidária com os demais gerentes pelos atos de gestão.
 - e) solidária com a sociedade em certas hipóteses.

35. Analise as afirmativas abaixo sobre o prazo prescricional no Direito do Trabalho.
- I. Extinto o contrato de trabalho a termo, é de dois anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo os créditos resultantes da relação de emprego.
 - II. Extinto o contrato de trabalho indeterminado, é de cinco anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo o não recolhimento dos depósitos do FGTS.
 - III. Extinto o contrato de trabalho de um empregado com 17 anos de idade, à época, é de cinco anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo os créditos resultantes da relação de emprego.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I
 - b) II
 - c) I e II
 - d) I e III
 - e) II e III
36. Em relação aos Embargos de Declaração no Processo do Trabalho, é correto afirmar que:
- I. admitem-se embargos de declaração no processo do trabalho, utilizando-se subsidiariamente os mesmos termos de sua admissibilidade no processo civil comum, inclusive observando-se o prazo de 5 dias.
 - II. no processo do trabalho, os embargos de declaração são cabíveis da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão, nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
 - III. admitem-se embargos de declaração no processo do trabalho, no prazo de cinco dias, sempre que na sentença ou acórdão houver dúvida, obscuridade ou omissão.
 - IV. são cabíveis embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, dúvida, contradição, ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Assina a alternativa cuja(s) afirmativa(s) está(ao) correta(s).

- a) apenas a I
 - b) apenas a II
 - c) apenas a III
 - d) apenas a I e III
 - e) apenas a IV
37. Pode(m) exercer os direitos cartulares:
- a) qualquer possuidor.
 - b) apenas o titular do crédito.
 - c) o legitimado cambiário na forma de circulação do título.
 - d) qualquer portador da cártula em circulação no mercado.
 - e) quem figure como nomeado no instrumento no caso de títulos nominativos.
38. Assinale a alternativa correta em relação às Sociedades Anônimas:
- a) são fiscalizadas pelo Banco Central.
 - b) podem ser sociedades de pessoas ou de capital.
 - c) devem ser constituídas obrigatoriamente por subscrição pública.
 - d) responsabilizam os acionistas até o limite do preço da emissão das ações subscritas ou adquiridas.
 - e) deverão ser designadas por denominação ou firma.
39. Assinale a alternativa correta em relação às Notas Promissórias:
- a) não podem circular quando forem nominativas.
 - b) não podem ser parcialmente avalizadas.
 - c) necessitam de aceite apenas quando a forma de vencimento for a certo termo da vista.
 - d) necessitam de protesto para execução do devedor principal.
 - e) admitem endosso parcial.

40. Assinale a alternativa correta em relação ao Aval:
- a) obriga o avalista de forma acessória.
 - b) não pode ser prestado em favor dos coobrigados de um título de crédito.
 - c) é instituto de garantia contratual.
 - d) representa uma espécie de garantia que pode ser realizada em qualquer negócio jurídico.
 - e) pode ser prestado por mais de uma pessoa, sendo sempre considerado uma garantia autônoma.
41. Assinale a alternativa correta:
- a) se a posse da coisa móvel se prolongar por 03 (três) anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.
 - b) aquele que possuir coisa móvel, como sua, contínua e incontestadamente durante (03) três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - c) aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio, não perde em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções.
 - d) quando por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, não cabendo indenização ao dono do primeiro em qualquer hipótese.
 - e) os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais, mediante indenização.
42. O contrato de fornecimento de 300 (trezentos) sacos de cimento, divididos em 06 (seis) entregas iguais e semanais, quanto ao tempo de adimplemento, trata-se de uma obrigação:
- a) momentânea.
 - b) divisível.
 - c) simples.
 - d) de execução continuada.
 - e) de dar coisa incerta.
43. A emancipação estará correta:
- I. se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos, por sentença do juiz, independentemente de ser ouvido o tutor.
 - II. se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos.
 - III. por concessão dos pais, ao menor de 16 (dezesseis) anos completos, por instrumento público, homologado judicialmente.
 - IV. se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos, concedida por seus pais por instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- Assinale a alternativa cuja(s) afirmativa(s) está(ão) correta(s).
- a) I.
 - b) II
 - c) III
 - d) II e III
 - e) II e IV.
44. Sobre a propriedade imóvel é correto afirmar:
- a) não perece.
 - b) é adquirida pelas mesmas formas que a propriedade móvel.
 - c) pode ser adquirida apenas por usucapião ou pelo direito hereditário.
 - d) pode ser adquirida por acessão.
 - e) pode ser adquirida apenas pela transcrição do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis.

45. Assinale a alternativa correta:
- revogação é uma espécie de ab-rogação.
 - antinomia é um conflito de normas.
 - ab-rogação é uma revogação parcial.
 - a derrogação é tácita e a revogação é expressa.
 - a derrogação é uma revogação parcial.
46. O reconhecimento da ilegitimidade passiva de parte implica:
- extinção do processo por carência de ação.
 - nulidade do processo.
 - juízo antecipado da lide.
 - extinção do processo por falta de interesse de agir.
 - extinção do processo com julgamento de mérito.
47. Analise as afirmativas abaixo
- Declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.
 - A incompetência, absoluta ou relativa, pode ser declarada de ofício e argüida em qualquer tempo e grau de jurisdição.
 - Prorroga-se a competência, em qualquer caso, se o réu não opuser exceção declinatória do foro ou argüir preliminar de contestação.
 - Argüi-se, por meio de exceção, a incompetência absoluta.
- Com relação à declaração de incompetência, assinale a alternativa cuja(s) afirmativa(s) está(ão) correta(s).
- I
 - II
 - III
 - IV
 - II e IV
48. Não é causa de suspensão do processo:
- a ocorrência de motivo de força maior.
 - a existência de convenção de arbitragem.
 - a perda da capacidade processual da parte.
 - o oferecimento da exceção de suspeição.
 - o falecimento de uma das partes.
49. Assinale a alternativa **incorreta**:
- É cabível agravo retido das decisões interlocutórias proferidas em audiência.
 - Da decisão que indefere petição inicial, caberá apelação.
 - Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação e em ação rescisória.
 - A petição de agravo de instrumento pode ser postada no correio sob registro com aviso de recebimento.
 - O preparo do agravo retido deve ser comprovado no ato de interposição do recurso.
50. Assinale a alternativa correta.
- A conexão deve ser alegada através de exceção de incompetência.
 - A prevenção é determinada somente pela citação.
 - A incompetência territorial é, em princípio, relativa.
 - A incompetência absoluta é passível de prorrogação.
 - A incompetência absoluta deve ser alegada através de exceção.

QUESTÃO PRÁTICA

Dentre as seguintes peças processuais, escolha apenas uma delas para resolução.

Atenção: não identifique a prova. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.

Peça Processual 01. Maria Santinha comparece em seu escritório profissional com o seguinte caso: “Foi admitida na empresa Montes S/A em data de 20/04/2004, para exercer as funções de auxiliar de produção, percebendo a remuneração mensal inicial de R\$ 800,00 (oitocentos reais), laborando das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira. Ocorre que no dia 20/01/2008, por volta das 10h30m, no exercício de suas atividades, quando estendeu o braço para retirar de dentro da guilhotina uma porção de matéria-prima, prensada e cortada, percebeu que tivera sua mão esquerda esmagada e amputada. Consolidada a lesão, constatou-se, através de perícia médica, a impossibilidade total e permanente de retorno ao trabalho, além dos danos de ordem estética e moral. Ressalte-se que a máquina que estava operando é de grande potencial ofensivo, exigindo prática para seu manuseio, informações técnicas e de segurança, tendo a empresa se omitido em fornecer tratamento adequado, não tendo havido qualquer fiscalização ou assistência de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho.”

Na qualidade de advogado(a), apresente a peça processual adequada para defesa dos interesses de seu cliente, indicando, corretamente, os fundamentos de direito material e processual aplicáveis ao caso.

Atenção: não identifique a prova. Se necessário, use o nome fictício de Percival Gont, OAB n. 000001/PR, escritório profissional na Rua dos Arbustos, n. 67, Pirapora/PR.

Peça Processual 02. Sebastião Cond procura seu escritório com o seguinte problema: “No dia 18 de novembro de 2007, recebeu um telefonema de Valdemar Ronts, solicitando que se dirigisse urgentemente ao Posto do Cidinho, para lhe emprestar a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Chegando àquele local, Eric Band apontou um revólver para sua cabeça e o obrigou a assinar uma nota promissória no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com vencimento para o dia 15 de dezembro daquele ano, sob o argumento de que tal cambial ressarciria Valdemar Ronts de eventuais prejuízos com a aquisição de um sítio de sua propriedade (Sebastião). Após assinar a cambial, Sebastião dirigiu-se à delegacia e pediu que fosse aberto um inquérito para a apuração dos fatos e responsabilização criminal de Valdemar e Eric, sendo tal inquérito registrado sob o nº 171/07. Sebastião afirma que Valdemar e Eric entregaram-lhe a cambial para assinatura sem que mantivesse com eles qualquer espécie de relação comercial e que jamais fora proprietário de qualquer imóvel rural. A nota promissória encontra-se em poder de ‘Vandão do Cheque’, o qual insistentemente telefona para a casa de Sebastião ameaçando-o, assim como aos seus familiares, para que efetue o pagamento da cambial, acrescido de juros de 5% (cinco por cento) ao mês.”

Na qualidade de advogado(a), apresente a peça processual adequada para defesa dos interesses de seu cliente, indicando, corretamente, os fundamentos de direito material e processual aplicáveis ao caso.

Atenção: não identifique a prova. Se necessário, use o nome fictício de Percival Gont, OAB n. 000001/PR, escritório profissional na Rua dos Arbustos, n. 67, Pirapora/PR.

Peça Processual 03. Esperança Del'Mare apresentou-se em seu escritório profissional com o seguinte caso: "Pretendendo adquirir um imóvel que satisfizesse suas necessidades, ou seja, moradia e comércio, dirigiu-se até a Imobiliária Trump. Ao contatar a imobiliária, foi informada da existência de um imóvel nas condições desejadas; contudo, ocultou-se o fato de que veículos não poderiam utilizar-se de entradas e saídas voltadas diretamente para as vias rápidas, pois o acesso nessas condições deveria ser feito através das vias secundárias, conforme a legislação municipal, desconhecida por Esperança. De boa fé, Esperança efetuou a compra do sobredito imóvel pelo valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de propriedade de Romualdo Altes e sua esposa, Olímpia Altes, efetuando o pagamento de um sinal de negócio e princípio de pagamento em 16.09.2007, ficando um saldo restante, que posteriormente foi quitado no dia 20.11.2007. Passados alguns meses, Esperança constatou junto à Prefeitura Municipal de Pirapora que a propriedade que havia adquirido estava limitada por dois Decretos Municipais que, dentre outros impedimentos, inseriam o alargamento da via rápida, atingindo uma faixa de 10 m x 40 m, ou seja, mais de 80% (oitenta por cento) da área. Foi informada, ainda, que a referida propriedade encontrava-se nessa situação excepcional desde o ano de 1990, não sendo permitido ao proprietário construir, reformar, nem exercer comércio na área mencionada, fatos desconhecidos por Esperança. Buscando solução amigável, Esperança procurou a imobiliária e, diante da negativa, diligenciou junto a Prefeitura Municipal no sentido de afastar a sobredita restrição, contudo, sem obter êxito. Em razão da omissão praticada, Esperança foi obrigada a vender bens que possuía, procurando sobreviver de 'bicos' e empréstimos bancários para sustentar sua família, o que lhe acarretou perda de seu crédito bancário e drástica redução de seu padrão de vida. Encontrando-se impossibilitada de exercer o único ofício que domina, que é a reparação de instrumentos de medição análoga, Esperança denunciou a ocorrência ao Conselho de Corretores de Imóveis, que concedeu parecer favorável à instauração de processo disciplinar."

Na qualidade de advogado(a), apresente a peça processual adequada para defesa dos interesses de seu cliente, indicando, corretamente, os fundamentos de direito material e processual aplicáveis ao caso.

Atenção: não identifique a prova. Se necessário, use o nome fictício de Percival Gont, OAB n. 000001/PR, escritório profissional na Rua dos Arbustos, n. 67, Pirapora/PR.

